

ATA N.º 19/2014

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE SETEMBRO DE 2014. -----

----- Aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu-se em reunião ordinária a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota, Carlos Augusto Ferreira de Melo Sarria e Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto. Sendo 16.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira. -----

----- Presente a ordem de trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações sobre os assuntos dela constantes. -----

----- **Deliberação N.º 278/2014: Aprovação da ata n.º 18/2014, de 2 de setembro:** Em virtude da ata n.º 18/2014, da reunião ordinária da Câmara Municipal de 2 de setembro, ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade.

----- **Deliberação N.º 279/2014: Definição das taxas de IMI 2014 para efeitos de liquidação e cobrança em 2015:** Presente a informação n.º 6804/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, ao abrigo da alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para cumprimento da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, propor à Assembleia Municipal a aplicação das seguintes taxas relativas ao IMI 2014, a liquidar e cobrar em 2015, para todas as freguesias do Município: a) 0,8% para os prédios rústicos; c) 0,5% para os prédios urbanos. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte

declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a definição de taxas de IMI 2014 para efeitos de liquidação e cobrança em 2015, o lançamento da Derrama para o concelho de Espinho para efeitos de liquidação e cobrança em 2015 e a participação variável no IRS para 2015 por considerarem que é da única e exclusiva responsabilidade do atual executivo a situação de desequilíbrio das nossas contas municipais entre os relatórios e contas de 2010 e 2012 e que nos levou a termos que aceder ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa 1 e este pressupõe que estes impostos estejam dimensionadas na sua maior taxa. O território, (as pessoas e os seus bens), sofrem com o facto do atual executivo não ter o dinamismo necessário para executar medidas que possam atenuar a maximização destes impostos e que as Leis do Estado português lhe faculta. Não entendemos que se rendam à sua própria fatalidade e continuem sem agir, prejudicando irremediavelmente os cidadãos, os bens, o retorno económico, as empresas, o investimento privado e a competitividade." -----

----- **Deliberação Nº 280/2014: Lançamento de Derrama para efeitos de liquidação e cobrança em 2015:** Presente a informação nº 6805/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ao abrigo da alínea ccc), nº 1 do artigo 33º da mesma Lei, para lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), de 1,5%, nos termos do artigo 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). Os vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a definição de taxas de IMI 2014 para efeitos de liquidação e cobrança em 2015, o lançamento da Derrama para o concelho de Espinho para efeitos de liquidação e cobrança em 2015 e a participação variável no IRS para 2015 por considerarem que é da única e exclusiva responsabilidade do atual executivo a situação de desequilíbrio das nossas contas municipais entre os relatórios e contas de 2010 e 2012 e que nos levou a termos que aceder ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa 1 e este pressupõe que estes impostos estejam dimensionadas na sua

maior taxa. O território, (as pessoas e os seus bens), sofrem com o facto do atual executivo não ter o dinamismo necessário para executar medidas que possam atenuar a maximização destes impostos e que as Leis do Estado português lhe faculta. Não entendemos que se rendam à sua própria fatalidade e continuem sem agir, prejudicando irremediavelmente os cidadãos, os bens, o retorno económico, as empresas, o investimento privado e a competitividade.”-----

----- **Deliberação Nº 281/2014: Participação Variável no IRS 2015:** Presente a informação nº 6806/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, propor à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei, deliberar a participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) à taxa de 5%, nos termos do nº 1 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a definição de taxas de IMI 2014 para efeitos de liquidação e cobrança em 2015, o lançamento da Derrama para o concelho de Espinho para efeitos de liquidação e cobrança em 2015 e a participação variável no IRS para 2015 por considerarem que é da única e exclusiva responsabilidade do atual executivo a situação de desequilíbrio das nossas contas municipais entre os relatórios e contas de 2010 e 2012 e que nos levou a termos que aceder ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Programa 1 e este pressupõe que estes impostos estejam dimensionadas na sua maior taxa. O território, (as pessoas e os seus bens), sofrem com o facto do atual executivo não ter o dinamismo necessário para executar medidas que possam atenuar a maximização destes impostos e que as Leis do Estado português lhe faculta. Não entendemos que se rendam à sua própria fatalidade e continuem sem agir, prejudicando irremediavelmente os cidadãos, os bens, o retorno económico, as empresas, o investimento privado e a competitividade.”-----

----- **Deliberação Nº 282/2014: Autorização genérica de despesas:** Presente a informação nº 7000/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante

desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, as despesas de caráter anual ou plurianual de montante superior a 100 000 euros, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto (anexo I), bem como, a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (anexo II). -----

----- **Deliberação N.º 283/2014: Pedido de Parecer Prévio - Manutenção de Elevador do Centro Escolar de Paramos:** Presente a informação n.º 7076/2014 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços de “MANUTENÇÃO DE ELEVADOR DO CENTRO ESCOLAR DE PARAMOS”, por ajuste direto à empresa GRUPNOR – Grupo português de Elevadores do Norte, Lda., pelo valor de 1.800,00 € (mil oitocentos euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor e nos termos do previsto no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014 – Lei do Orçamento de Estado). -----

----- **Deliberação N.º 284/2014: Subsídio a atribuir à Comissão de Festas Santa Maria Maior – Espinho 2014:** Presente a informação n.º 7049/2014 do Gabinete de Apoio às Coletividades, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 37.500,00€ (trinta e sete mil e quinhentos euros) à Comissão de Festas Santa Maria Maior, no âmbito da realização da festa em honra de Nossa Senhora d’ Ajuda. Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, que o custo da energia elétrica gasta com as ornamentações da referida festa seja suportado pela autarquia. -----

----- **Deliberação N.º 285/2014: Subsídio a atribuir às Festas Nossa Senhora das Dores:** Presente a informação n.º 7089/2014 do Gabinete de Apoio às Coletividades, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em

arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja de St. Tiago de Silvalde, no âmbito da realização das Festas em honra de Nossa Senhora das Dores.-----

----- **Deliberação Nº 286/2014: Festa de Nossa Senhora das Dores - Silvalde - Ocupação da Via Pública**: Presente a informação nº 7120/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido da Paróquia de S. Tiago de Silvalde para ocupar a via pública para realização da Festa em honra de Nossa Senhora das Dores a celebrar no próximo dia 14 de setembro. -----

----- **Deliberação Nº 287/2014: Procissão em Honra de Nossa Senhora d' Ajuda - Ocupação da Via Pública**: Presente a informação nº 7136/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido da Comissão de Festas Santa Maria Maior – Espinho 2014 para ocupar a via pública visando a realização da procissão em honra de Nossa Senhora d' Ajuda, no dia 21 de setembro de 2014, nas Ruas 2, 8, 19, 23 e 33 em Espinho. -----

----- **Deliberação Nº 288/2014: Festa em Honra de Nossa Senhora da Ajuda - Ocupação da Via Pública para realização de tapete de flores**: Presente a informação nº 7138/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou autorizar o pedido da Comissão de Festas Santa Maria Maior Espinho 2014 para ocupação da via pública e corte ao trânsito visando a realização do tapete de flores nas ruas 2, 19, 18, 8 e 23 no âmbito das festas em honra de Nossa Senhora d' Ajuda, nos dias 20 e 21 de setembro de 2014. -

----- **Deliberação Nº 289/2014: Liberação parcial de caução - Programa Acesso Wireless – Execução da rede lan, intercomunicação e instalações elétricas nas escolas básicas de Espinho**: Presente a informação n.º 6920/2014

da Divisão de Obras municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação de 30% dos valores retidos, associados à empreitada “Programa Acesso Wirless – Execução da rede lan, intercomunicação e instalações elétricas nas escolas básicas de Espinho” adjudicada à empresa “S. Marques, Lda.”. -----

----- Deliberação Nº 290/2014: Liberação parcial de caução – Recreio Escola

Espinho 3: Presente a informação nº 6957/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo).

Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação de 10% (1.970,25€) dos valores retidos, associados à empreitada “Recreio da Escola Espinho 3” adjudicada à empresa “Etapa Absoluta – Construções e Pavimentações, Lda.”. -----

----- Deliberação Nº 291/2014: Liberação parcial de caução - Requalificação da feira semanal – Pavimento e mobiliário urbano sob a cobertura da venda do peixe:

Presente a informação nº 6960/2014 da Divisão de Obras Municipais sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo).

Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a liberação de 30% (1.809,02€) dos valores retidos, associados à empreitada “Requalificação da feira semanal – Pavimento e mobiliário urbano sob a cobertura da venda do peixe” adjudicada à empresa “Majober – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Lda.”. -----

----- Deliberação Nº 292/2014: Proposta para formalização, uniformização e compatibilização do modelo de gestão do “Bairro das Famílias Pobres / Bairro Novo da Câmara” – Silvalde:

Presente a informação nº 6649/2014 da Divisão de Ação Social, Intergeracional e Saúde sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e, concordando com a informação dos serviços, deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS aprovar a proposta da Divisão de Ação

Social, Intergeracional e Saúde, para regularização da ocupação das habitações no “Bairro das Famílias Pobres/Bairro Novo da Câmara” e formalização, uniformização e compatibilização do modelo de gestão do mesmo, e determinar que se proceda em conformidade. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra o ponto 14 por considerarem que se apoia numa informação pouco rigorosa e com omissões graves. Quem lê a Informação Interna 6520/2014 julga que a Câmara nunca realizou obras no Bairro Novo no sentido de melhorar as suas condições de habitabilidade e o espaço público. De facto, tanto neste mandato, como no anterior, a força política que governa maioritariamente a Câmara nunca fez nenhuma intervenção, nem tenciona fazer; a não ser despejar alguns moradores e aumentar os seus proveitos enquanto senhorio. Atitude bem diferente da do PS, que no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana da Marinha -PRUM- recuperou os 7 edifícios, demoliu construções que ocupavam as galerias, colocou antenas de TVI e executou os arranjos exteriores, investindo no total cerca de 200.000€. Depois de deixarem a degradação avançar nestes últimos cinco anos referem que: “A CME não dispõe de verbas para a realização de obras no Bairro Novo.”. Os eleitos pelo PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: “É com perplexidade que constatamos que na declaração de voto do PS não foi feita qualquer referência aos fundamentos subjacentes à criação da proposta de regulamentação da habitação social sita ao Bairro Novo. Neste Bairro, deparamo-nos com um caos administrativo, com o atropelo de normas básicas, incumprimento dos arrendatários, a saber: total ausência de dados acerca da identificação, composição e rendimentos dos agregados familiares ocupantes dos fogos do já referido Bairro, inexistência de contratos de arrendamento, incumprimento no pagamento de rendas, fixadas do valor das mesmas de forma aleatória, “compras” e “vendas” dos fogos entre moradores sem qualquer controle da autarquia, realização de obras no interior dos fogos, junção de fogos, tudo sem autorização e/ou conhecimento da autarquia. O atual executivo municipal pretende com a elaboração deste regulamento moralizar a habitação social, certo de que esta proposta será consensualmente aceite pela comunidade Espinhense em geral, que de todo não pretende que a autarquia esteja alheia a todos estes factos que prejudicam o erário público e criam na sociedade civil uma sensação de impunidade e de flagrante injustiça social junto dos cumpridores. Na atual conjuntura económica têm sido grandes os esforços para responder aos desafios que a habitação social por si só acarreta, designadamente obras de

reparação das coberturas – temporal/Janeiro 2013 – candidatura ao PROHABITA para recuperação total do Bairro Novo que se encontra em análise no IRHU.” -----

----- **Deliberação Nº 293/2014: Adesão à Iniciativa Mayors Adapt - Pacto de Autarcas sobre a adaptação às alterações climáticas:** Presente a informação nº 6633/2014 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Adesão à Iniciativa Mayors Adapt – Pacto de Autarcas sobre a adaptação às alterações climáticas e o Desenvolvimento de uma estratégia local de adaptação às alterações climáticas. -----

----- **Deliberação Nº 294/2014: Doação de livros à Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva:** Presente a informação nº 6982/2014 da Divisão de Cultura sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento dos livros doados à Biblioteca Municipal José Marmelo e Silva, nos meses de julho e agosto do corrente ano e deliberou, por unanimidade, aceitar as respetivas liberalidades. -----

----- **Assuntos para conhecimento:** -----

----- **Resumo Diário de Tesouraria:** Presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 8 setembro de 2014 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS – (Inclui o saldo da gerência de 2013 no valor de sete mil quinhentos e quatro euros e trinta centimos) Trezentos e vinte e dois mil seiscentos e vinde e nove euros e quarenta e quatro centimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS – Novecentos e noventa mil oitocentos e noventa e cinco euros e trinta e três centimos. DOCUMENTOS – Trinta e um mil trezentos e treze euros e noventa e quatro centimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 8 de setembro do corrente ano foram cabimentadas despesas no valor de trinta e oito milhões novecentos e trinta e sete mil cento e sete euros e trinta centimos, e tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de vinte milhões novecentos e vinte e um mil e vinte e três euros e oitenta e oito centimos.

----- **Listagem de contratos celebrados de 1 de julho a 29 de agosto ao abrigo do parecer prévio genérico – 2014:** A Câmara tomou conhecimento de

todos os contratos de prestação de serviços celebrados de 1 de julho a 29 de agosto ao abrigo do parecer genérico favorável aprovado pela Câmara em 10 de janeiro de 2014. -----

----- **Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Secretária da Câmara Municipal _____